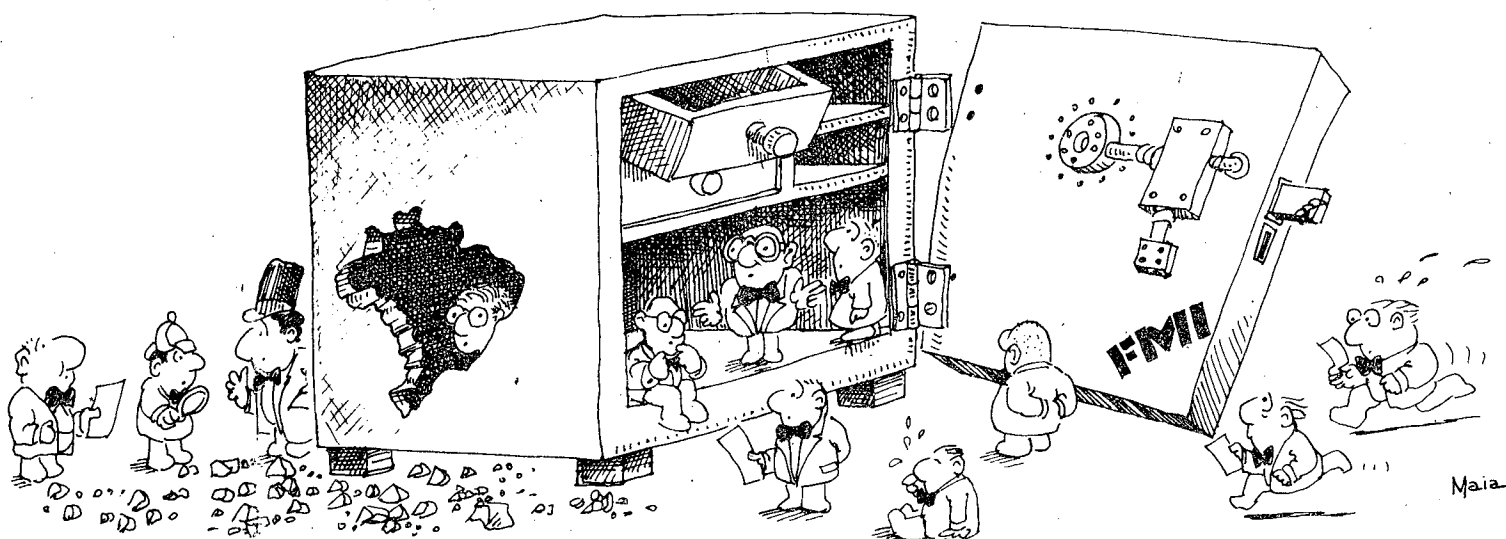


Como tirar os devedores da UTI financeira?

Eliot Janeway, para o The Washington Post.



tes, mas pagando aos seus proprietários um lucro na maturação.

Situação confusa

Eu não estou defendendo os países em desenvolvimento que se colocaram nesta situação confusa e, certamente, também não estou defendendo os bancos ocidentais, que, com indicações e sinais de aprovação de Washington, foram seus cúmplices na coisa. A atual perspectiva não deixa a menor dúvida de que qualquer funcionário do governo que encorajou os bancos a participarem destes jogos temerários durante a última década violou o espírito e o texto das leis bancárias e de securities.

Pergunte a qualquer controlador de bancos rurais o que ele faz quando percebe que um banqueiro rural está fornecendo os juros sobre um empréstimo a um devedor. O controlador classifica o empréstimo como sendo ruim e o banco aceita um prejuízo. No entanto, os controladores federais permitiram as declarações aumentadas de rendimentos dos bancos internacionais.

As taxas adicionais cobradas dos clientes pelos bancos é uma outra questão. Nenhum usurário num romance de Charles Dickens teria tido a coragem de cobrar dos seus clientes o custo dos poderosos advogados e contadores utilizados para reescrever empréstimos antigos — e depois cobrar deles juros compostos além disso. É uma boa notícia que a legislação relativa ao FMI apresentada na Câmara pretenda colocar um ponto final nesta prática.

Neste meio tempo, os próprios bancos estão correndo perigo. O Citicorp, por exemplo, atribuiu 22% dos seus lucros do ano passado ao Brasil, um país cuja dívida aumentou de 56 para 90 bilhões de dólares no decorrer do ano passado.

A posição dos bancos norte-americanos, por mais tensa que seja, dá a impressão de ser confortável em relação à posição dos bancos europeus, japoneses e canadenses. É bem verdade que garantias dadas por governos europeus cobrem uma parte dos prejuízos. Mas isto serve apenas para aumentar a confusão. A dívida polonesa junto aos bancos ocidentais diminuiu em um bilhão de dólares durante o primeiro trimestre de 1983. Mas esta diminuição não foi resultante de um pagamento de dívida. Isto simplesmente foi resultante da transferência da dívida polonesa dos bancos para agências governamentais de seguros, tais como a Hermes da Alemanha Ocidental, a Coface da França e o Commodity Credit Corp. dos Estados Unidos.

Os americanos apostam na baixa dos juros

O anúncio — feito no final da tarde de sexta-feira pela Reserva Federal — de que o meio circulante dos EUA aumentou em apenas 400 milhões de dólares na semana passada, quando a expectativa dos investidores era de que essa cifra alcançasse de um a quatro bilhões, provocou uma grande alta ontem na Bolsa de Valores de Nova York. Segundo os corretores, a euforia foi motivada pelas esperanças dos investidores de que a baixa dos meios de pagamentos reduzirá as taxas de juros.

Com isso, a média industrial Dow Jones — que mede as principais ações da Bolsa de Valores de Nova York — ganhou 10,67 pontos, alcançando a média de 1.193,50. Um tardio movimento de realização de lucros diminuiu um pouco a alta, mas os analistas estavam entusiasmados pelo fato de as ações blue-ships terem sido muito procuradas.

Confirmando as expectati-

vas dos investidores, o presidente da diretoria do Chemical Bank, Donald Platten, disse em um programa da TV norte-americana que acredita em uma leve queda das taxas de juros até o final deste ano. Segundo ele, o culpado pela elevação da primária de 10,5% para 11%, na semana passada, foi o Congresso dos EUA, que nada fez para diminuir o déficit líquido de 200 bilhões de dólares.

Ele acrescentou que os banqueiros precisariam de "algum tipo de ação do Congresso em relação ao orçamento" para que reduzam suas taxas de juros. Apesar dessa reclamação, Platten afirmou que a economia norte-americana parece saudável. "Livramo-nos realmente da inflação, que está em um nível de 3 ou 4% contra 13 a 14% que já registrou no país". Ele acha, porém, que não será rápida a recuperação do nível de emprego nos EUA.

Exportações estranguladas

A falta de liquidez que está aleijando os países devedores também está estrangulando as exportações dos países industrializados para o Terceiro Mundo. Em 1982, as importações dos países em desenvolvimento diminuíram em 42 bilhões de dólares. Nada semelhante a estas diminuições foi visto desde a década de 30. Os países industrializados, na verdade, estavam comprando suas exportações do Terceiro Mundo e do bloco soviético através dos seus próprios sistemas bancários. Mas a capacidade do sistema bancário em continuar suportando o comércio está quase exaurida.

O Banco para Compensações Internacionais (BIS), em Basileia, acaba de noticiar que os empréstimos dos bancos privados aos países em desenvolvimento diminuíram de um nível médio trimestral de 16,5 bilhões de dólares em 1981 para quase nada no primeiro trimestre de 1983. O México acaba de merecer uma estrela dourada da Wall Street por ter efetuado um pagamento dos juros devidos. Mas o México se encontra numa situação ainda pior do que a de outros países, como a Polônia, que adotou uma linha dura em relação aos seus credores estrangeiros numa tentativa de facilitar a vida dos seus cidadãos e evitar as inquietações políticas. O México, a Hungria, a Iugoslávia e alguns outros países impuseram praticamente uma proibição de importações. No entanto, esta situação não poderá continuar durante muito tempo sem que ocorram sérias repercussões.

O problema das dívidas ruins também está provocando a queda dos preços das Commodities que os países em desenvolvimento precisam vender para poder sobreviver. Isto está prolongando e aprofundando a recessão mundial, levando-a para a antiga área do boom na região do pacífico e postergando qualquer restauração de comércio financiado por créditos em todos os lugares do Terceiro Mundo. Quando o dinheiro termina, os países são forçados a trocar as mercadorias que não conseguem mais vender. Isto resulta em preços mais baixos e em menos dinheiro para os vendedores de commodities, dinheiro que seria utilizado para pagar coisas das quais eles necessitam.

O ultimato dado ao Brasil em junho último pelo Banco de Compensações Internacionais por uma conta minúscula (em termos) de 400 milhões de dólares por juros, tornou a crise oficial. Na semana passada, o Brasil conseguiu chegar a um acordo preliminar com o Fundo Monetário Internacio-

nal, que poderá acabar com uma parte das pressões a curto prazo, mas as dificuldades do Brasil em conseguir empréstimos, apesar das medidas de austeridade, confirma a necessidade de ação.

Um Pearl Harbour financeiro

Mesmo assim, a ilusão persiste no Congresso de que a contribuição norte-americana ao FMI por si só será capaz de reavivar o comércio internacional. Os EUA não estão condicionados a antecipar suas crises cíclicas, mas agora eles já foram avisados de que um Pearl Harbour financeiro poderá ameaçar o País, caso ele não comece a agir.

A idéia mais ampla, mais dotada de bom senso, dentre todas as apresentadas até o momento, originou-se na Inglaterra, com Lord Harold Lever, um ex-ministro de gabinete e um respeitado financista. Na opinião de Lever, o mundo está sofrendo de um "problema de liquidez, não de uma crise de solvência". Os devedores, diz ele, serão capazes de pagar os custos dos seus empréstimos, desde que lhes seja garantido um certo espaço para respirar. Mas a situação está "deteriorando-se de forma alarmante".

Lord Lever estabeleceria uma agência internacional central, formada por todas as várias agências nacionais que atualmente garantem ou concedem créditos para os negócios de exportação dos seus países, tais como o Export-Import Bank dos Estados Unidos.

Estas agências fornecem atualmente créditos que permitem que os estrangeiros comprem equipamentos e mercadorias produzidos pela indústria doméstica. O plano de Lord Lever autorizaria as agências de exportação e de créditos a garantir empréstimos estrangeiros para finalidades mais amplas. Neste meio tempo, a agência coordenadora central controlaria os fluxos do comércio internacional, levando muito em consideração os conselhos do Fundo Monetário Internacional. Os empréstimos seriam limitados — e condicionados a programas de adaptação econômica cuidadosamente controlados. Os devedores, por sua vez, teriam uma base para garantir futuros financiamentos por causa dos programas de garantia e de controle. Isto abriria o caminho para que os países industrializados retomassem os empréstimos dos quais o Terceiro Mundo tanto necessita.

Lord Lever argumenta que "o comércio mundial pode florescer somente se as autoridades públicas fornecerem garantias de créditos de exportação numa escala muito

A situação (ruim) da América Latina

O Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina sofreu uma redução de 1,2% em 1982, e o ingresso per capita diminuiu em mais de 10% em vários países da região, refletindo "grandes reajustes da economia latino-americana", segundo assinala o informe anual do BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento.

"Depois de 15 anos (1964-1980) de um ritmo impressionante de expansão, durante o qual a economia regional jamais deixou de crescer pelo menos 4% ao ano, a América Latina entrou em seu terceiro ano de severa recessão", diz o informe do BID, divulgado ontem em Washington.

"As evidências mais claras das medidas de ajuste necessárias para acomodar o comércio exterior e os fluxos de capital foram a queda das importações, as grandes desvalorizações em vários países e a redução dos

gastos públicos", acrescenta o relatório. "A queda do PNB (Produto Nacional Bruto) — que globalmente ficou em torno de 1%, mas que foi dramática em alguns países — se deveu particularmente à retração em setores chave, tais como a indústria e a construção."

A redução das importações, cujo ritmo, em 1982, o BID estimou em 20% menor que o nível registrado em 81, teve sua contrapartida na redução das exportações dos países industrializados. "Por exemplo: as exportações dos Estados Unidos para a América Latina caíram de US\$ 9 bilhões para pouco mais de US\$ 3 bilhões em 1982."

Ao considerar o PNB per capita, o BID afirma que "a paralisação aparece mais grave: o índice diminuiu em 1% em 1981 e em mais de 3% em 82". Somente Trinidad-Tobago, em 82, registrou um crescimento (2,1%) em seu PNB.

substancial" — mesmo nos bons tempos. O remédio que ele propõe para os atuais tempos ruins exige que se certifique de que novos empréstimos garantidos seriam dados apenas para finalidades produtivas, calculadas para render o suficiente para saldar os pagamentos dos juros. Ele calcula que cerca de 40 a 60 bilhões de dólares em novos créditos seriam necessários durante um ou dois anos, e poderiam ser facilmente levantados através dos mercados privados de crédito por causa das cláusulas de garantia.

Uma consequência esperanças do seu plano é que o sistema internacional de controle que ele propõe colocaria um ponto final nos empréstimos não produtivos que no passado serviram para "financiar guerras, níveis incríveis de compras de armamentos e megalomanias econômicas de todos os tipos".

A desvantagem deste plano é que as agências governamentais de exportação envolvidas nele são concorrentes acirradas que intensificam suas rivalidades, transformando-as numa verdadeira guerra comercial e de divisas. Lord Lever reconhece que a turbulência existente nos mercados cambiais e de crédito, acentuada pela pressão que se está formando dentro de cada economia para aumentar ainda mais as exportações, não é algo muito promissor para uma eventual ação de cooperação.

Esta desvantagem depõe a favor de se dar a maior prioridade às atitudes que Washington possa tomar por conta própria, sem as fanfarras de quaisquer outras reuniões de cúpula como a de Williamsburg.

A primeira coisa a ser feita deve ser a transformação da maior parte possível da quantidade astronômica de dívidas do Tesouro a curto prazo no Exterior em qualquer outra forma. Isto ajudaria a diminuir as taxas de juros — algo essencial para a solvência financeira dos países do Terceiro Mundo — e também liberaria somas enormes de dinheiro, que atualmente estão sendo esbanjadas em pagamentos de juros sobre esta dívida do governo; estas somas seriam então redirecionadas ao esforço internacional de resgate proposto por Lord Lever.

Eu reconheço que pode parecer irrealista à primeira vista pedir que investidores profissionais troquem securities do Tesouro, facilmente comercializáveis e de elevado rendimento, por novas emissões do Tesouro, não comercializáveis e que não rendem juro algum.

Por que motivo os bancos estrangeiros, os ricos investidores árabes e outros haveriam de querer cooperar? Em primeiro lugar, os que adquirissem os novos securities sem juros teriam a garantia de um lucro quando os papéis amadurecessem, exatamente como acontecia com os proprietários dos antigos saving-bonds, que compravam os bonds de 25 dólares por apenas 18,75 dólares. No ano passado, investidores estrangeiros compraram cupons zero no valor de bilhões de dólares, emitidos por empresas particulares cujo crédito está longe de ser tão bom quanto o do governo norte-americano.

Estes investidores demonstraram que estão dispostos a abrir mão de receber juros correntes em troca da vantagem de ter lucros futuros. Além disso, os estrangeiros têm um outro motivo muito grande para quere-rem cooperar: não fazê-lo equivale a colocar em perigo todo o sistema financeiro.

Sair da UTI financeira

No entanto, o Tesouro norte-americano mesmo assim continuou sangrando-se, bombardeando os mercados com a saturação de securities que redem juros. Isto significa apenas uma postergação do que eventualmente terá de ser feito para converter a dívida a curto prazo em instrumentos de médio e longo prazo, que possam ser utilizados para financiar investimentos produtivos.

Minha proposta serviria para dar garantia aos governos proprietários de dólares em relação aos prejuízos nos mercados cambiais que funcionam como verdadeiras montanhas russas. Além disso, serviria para aplacar o apetite insaciável dos investidores estrangeiros por dólares, ou por securities com o valor expresso em dólares. Todos os dólares que o Tesouro conseguir economizar em termos de pagamentos de juros a curto prazo nesta situação de emergência não apenas diminuirão os juros para todos mas também servirão para liberar dinheiro que agora está sendo desperdiçado para a reciclagem em investimentos produtivos a longo prazo, necessários para reavivar o Terceiro Mundo como um parceiro solvente e trabalhador, sem o qual o mundo industrializado não pode prosperar.

Além de tudo isto, o expediente que eu estou propondo daria aos Estados Unidos uma vantagem na concorrência para fazer suas vendas ao Terceiro Mundo, assim que conseguirmos tirá-lo desta UTI financeira.

O AUTOR

Eliot Janeway, economista e autor do livro "Economia da Crise", já foi muito discutido no Brasil: em janeiro de 77, ele escreveu um artigo para o Washington Star, aconselhando-nos a invadir a Venezuela.

Alarmista precoce

Eu sei que já fui descrito na Wall Street como sendo o "príncipe do pessimismo", mas eu mesmo prefiro me descrever como um "alarmista precoce" — um otimista que acredita que as soluções são possíveis. Mas não é ajuda alguma prometer que a crise possa ser resolvida por métodos do tipo negócios-como-usualmente.

As pessoas que fazem isto não estão fazendo simples exercícios aritméticos. A dívida total dos países em desenvolvimento e da Europa Oriental comunista está atualmente se aproximando da casa dos 750 bilhões de dólares. A 14%, os juros sobre este total equivalem a aproximadamente 105 bilhões de dólares por ano. Numa formulação diferente, os juros bancários somados ao principal irrestituível irão dobrar o montante da dívida em cinco anos, mesmo sem acrescentar as pesadas taxas que os bancos ocidentais estão "persuadindo" seus devedores a aceitar nas últimas rodadas do refinanciamento.

A charada já ultrapassou novas fronteiras da contabilidade criativa. Os bancos fornecem os juros que lhes são devidos com uma das mãos e os tomam de volta com a outra. Nenhum dinheiro de verdade muda de dono. É um simples jogo de números.

A definição realista de falência é o ponto em que um devedor não consegue mais tomar emprestado os juros que deve. Segundo esse parâmetro, tanto a Polônia como o Brasil são países totalmente falidos. Uma declaração oficial de incapacidade de pagamento é tudo o que falta para agrupar os demais devedores num cartel total de devedores incapacitados de cumprir suas obrigações.

O que deve ser feito para evitar a catástrofe? O Fundo Monetário Internacional pode ajudar, mas apenas dentro do contexto de um plano de resgate de emergência que vai muito além de tudo o que os funcionários dos governos se mostraram dispostos a considerar.

O que se necessita é um programa suficientemente grande e ousado para converter a crescente dívida a curto prazo dos países em desenvolvimento e do bloco soviético numa estrutura realmente controlável de dívidas a médio e a longo prazo. A finalidade disso seria tirar os credores nova-iorquinos das costas desses países, e liberar dinheiro corrente e capital permanente para comércio e investimentos. Isso exige uma movimentação dos dólares parados acumulados nos países árabes e os capitais financeiros da Ásia e da Europa.

Eu sei que isto parece ser radical, mas a atual situação também exige uma conversão maciça de securities do Tesouro com rendimentos em juros, em novos bonds do governo a longo prazo não com juros corren-